

Contextos de convergência: a Educação Especial, as Políticas Públicas e os Processos Escolares Inclusivos

BAPTISTA, Claudio Roberto

HAAS, Clarissa

FREITAS, Cláudia Rodrigues de

NEPIE – Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Educação Especial e inclusão escolar: uma relação em reconfiguração no cenário brasileiro

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, em termos de política pública, assume uma direção mais intensa em 2003, com a organização de uma série de programas ministeriais que tendem a favorecer a inclusão escolar e, posteriormente, com a aprovação do Documento Orientador da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BAPTISTA, 2011). Esta política constitui um direcionamento para todo o país e tem impacto nos estados brasileiros de formas diferenciadas, dependendo de fatores relativos à dinamicidade que envolve a implementação das políticas em cada contexto. O Estado do Rio Grande do Sul vive dinâmicas também distintas em seus municípios, sendo que, sob o ponto de vista da gestão pública, observamos um certo alinhamento, nos últimos quatro anos, entre as políticas que caracterizam esse estado e a política nacional relativa à educação especial.

Quando falamos em inclusão escolar estamos falando em sujeitos que, historicamente, estiveram alijados do espaço escolar, ou mesmo quando estavam nesse espaço institucional não lhes era garantida a possibilidade de aprendizagem. Estamos nos referindo predominantemente a alunos com deficiência, os quais viveram um processo de marginalização escolar que não lhes permitia aprender na escola. Amparados no atual discurso normativo, referimo-nos à educação especial como uma modalidade de ensino transversal a toda a Educação Básica, portanto, associada aos apoios necessários à escolarização dos alunos com deficiências, síndromes ou altas habilidades.

Ao observarmos o cômputo das matrículas nacionais divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo Escolar da Educação Básica, destacamos o intervalo temporal de 2001 a 2008, por compreendermos a relevância desse

período no processo de intensificação das matrículas dos estudantes com deficiência no ensino comum, com uma significativa diminuição das matrículas exclusivas em espaços segregados como classes especiais e escolas especiais. Esse é um dos principais indícios que nos permitem afirmar que o cenário brasileiro tem se alterado quanto à escolarização das pessoas com deficiência.

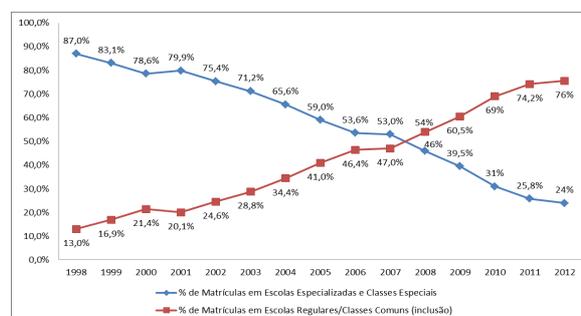


Figura 1: Comparativo das matrículas nas escolas especializadas/classes especiais e nas escolas regulares/classes comuns no Brasil (1998-2012). Fonte: BRASIL(2013).

Em 1998, 13,02% dos alunos público alvo da educação especial estavam em escolas regulares/classes comuns e 86,98% estavam matriculados em escolas especializadas e classes especiais. Em 2011 esses índices mostram-se invertidos, e apenas 25,77% desses alunos estavam matriculados em escolas especializadas e classes especiais e 74,23% encontravam-se em escolas regulares/classes comuns.

Ao nos determos na análise dos indicadores numéricos do Estado do Rio Grande do Sul, observamos a linha ascendente de matrículas dos sujeitos da educação especial no ensino comum e descendente nas formas de atendimento exclusivas da educação especial, ratificando a sintonia com as direcionamentos da política pública federal. No gráfico a seguir, apresentamos os indicadores das matrículas, no período de 2008-2013, no Estado do Rio Grande do Sul, considerando os números absolutos:

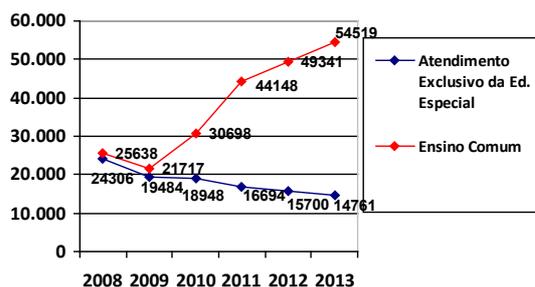


Figura 2: Comparativo das matrículas nas escolas especializadas\classes especiais e nas escolas regulares\classes comuns no Rio Grande do Sul (2008-2013).

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Censo Escolar da Educação Básica\INEP.

Um aspecto interessante a ser observado em ambos os gráficos é o momento histórico – o ano de 2008 – que marca o ponto de convergência do número das matrículas dos estudantes com deficiência no ensino comum e nos espaços exclusivos como as escolas especiais e classes especiais. Esse ponto de convergência mostra a mudança na curva, em termos percentuais ou números absolutos, representando a inversão da tendência histórica das matrículas. Esses indicadores conferem visibilidade aos efeitos de um processo de intensos debates que ocorrem entre 2007 e 2008, com a mobilização de diversos setores da sociedade para a publicação do Documento Orientador da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

As reflexões apresentadas no presente texto têm como referência o Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE/UFRGS. Esse núcleo insere-se em um cenário histórico e político em movimento de reconfiguração das políticas relativas à educação especial, intensificando a perspectiva da inclusão escolar.

A atividade de pesquisa desse núcleo tem sido direcionada para a análise das políticas de inclusão escolar, com destaque para o contexto do Estado do Rio Grande do Sul. A partir de 2013, esse grupo de pesquisa se dedica ao projeto vinculado ao Programa Observatório da Educação – OBEDUC – (CAPES/INEP), do edital de 2012, intitulado “Políticas de inclusão escolar: O Atendimento Educacional Especializado em municípios do Rio Grande do Sul”. O ponto de unificação do grupo passa ser os estudos acerca do conceito de Atendimento Educacional Especializado. Nossa busca, do ponto de vista da pesquisa, vem sendo uma análise da política pública relativa à constituição desses serviços no estado do Rio Grande do Sul.

Quando falamos em Atendimento Educacional Especializado, estamos nos referindo à ação pedagógica especializada em suas múltiplas possibilidades, incluindo a sala de recursos como uma dessas alternativas. Reconhecemos a necessidade de centralizar o debate em torno de grandes eixos, de modo que temos discutido tanto as questões das políticas do ponto de vista mais amplo, pensando os dispositivos normativos, como as questões que envolvem o cotidiano da escola, a partir de perguntas disparadoras: O que vem se instituindo como espaço de formação para os professores sobre as questões atinentes à inclusão escolar? Quem são os docentes envolvidos? Quem são os alunos e que trajetória esse movimento político tem permitido ou favorecido que esses alunos façam?

O NEPIE e o Programa do Observatório da Educação: contextos em convergência

Neste momento do texto, assumimos como diretriz um esboço da análise acerca do percurso de atividades do referido Núcleo de Pesquisas, concebido como organização estruturante e sistêmica da vida acadêmica, profissional e cotidiana dos pesquisadores que o integram.

O objetivo central do projeto atual de pesquisas, a partir do Observatório da Educação, envolve a análise da gestão das políticas de inclusão escolar em municípios do Rio Grande do Sul, com ênfase na identificação do espaço institucional da educação especial, nas configurações que evidenciam a ação pública para garantia da escolarização dos alunos com deficiência, na oferta de serviços especializados em educação especial e nas trajetórias escolares dos alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento.

A vinculação do referido grupo ao Projeto do Observatório tem como motivação a aposta na escolarização das pessoas com deficiência, como um processo recente em nosso país, portanto, merecedor de atenção e de sistematização por meio da pesquisa acadêmica. A história recente do grupo tem produzido diversas pesquisas vinculadas ao tema, dentre as quais destacamos: Benincasa (2011), Bridi (2001), Freitas (2011), Soares (2011) e Dellevati (2012).

O diálogo do grupo com a abordagem sistêmica de ciência, a partir de pesquisadores como Gregory Bateson, Humberto Maturana, Heinz Von Foerster, Yves Winkin soma-se a estudos baseados na análise cognitiva de políticas (MULLER e SUREL, 2002) no suporte teórico-metodológico das investigações. Essa perspectiva colabora na

sistematização do argumento de que conhecer e viver são processos indissociáveis e contínuos, o que amplia nossas possibilidades de aposta na educabilidade do outro e na escolarização como um processo simbólico que deve estar acessível a todas as pessoas, independentemente de sua condição orgânica, sensorial ou mental.

O campo fértil para a problematização coletiva trata das políticas educacionais na área da educação especial, com foco nos processos de inclusão escolar pautados na *multiplicidade de configurações* que assume o Atendimento Educacional Especializado. Essa perspectiva, por sua vez, reinscreve o percurso histórico, político e pedagógico atual dos contextos escolares no país, com relação aos apoios especializados para os estudantes com deficiência.

A atenção aos serviços e apoios especializados, portanto, considera a salas de recursos como dispositivo pedagógico central da atual política, mas investe na análise de outras possibilidades de apoio especializado.

O investimento na análise dessa temática, para este grupo, precede a configuração do Projeto do Observatório em Educação, de modo que sua elaboração está presente em pesquisas anteriores expressas em Baptista (2011) e Jesus, Baptista e Caiado (2013). Reconhecemos, assim, como de grande importância o ato de analisar as políticas de implementação dos apoios especializados nos contextos da gestão pública de educação.

Os itinerários metodológicos de investigação propostos a partir do Projeto são distintos, contemplam variadas estratégias no âmbito da pesquisa de caráter qualitativo e buscam dialogar com os pressupostos teóricos assumidos, de modo que a composição possa evidenciar a coerência entre forma e conteúdo, como descritores almejados. A investigação que considera as estatísticas oficiais¹ acerca das matrículas dos estudantes com deficiência e da distribuição dos serviços de apoio especializados tem sido uma ação metodológica potencializada no grupo. Compreendemos que esses mapeamentos permitem análises acerca da implementação da política de modo mais amplo, delineiam respostas e novas perguntas aos movimentos de tessitura da política em inclusão escolar em cada contexto. Além disso, possibilitam análises em períodos longitudinais, tais como o acompanhamento do fluxo das matrículas e das trajetórias

escolares de estudantes com deficiência ao longo do percurso escolar e colaboram para que indícios de um fenômeno aparentemente não visível possam ser distinguidos, descritos e analisados.

A escolha dos *parceiros para a interlocução*, ou seja, os municípios do Rio Grande do Sul eleitos para a ação da pesquisa está fundamentada na importância regional desses municípios, nas dimensões de cada rede de ensino e na presença de indícios da inclusão como diretriz para a política educacional (instituição de serviços, valorização da formação e investimento público na oferta de apoio especializado). Tais escolhas representam um investimento que se justifica a partir da própria trajetória do NEPIE/UFRGS, como polo de investigação sobre o tema, na proposição de sistemáticas iniciativas de pesquisa acerca da inclusão escolar e da compreensão epistemológica de que o “observador é parte do fenômeno observado” (MATURANA, 1999).

Desse modo, o Projeto vem no sentido de qualificar e ampliar os desdobramentos possíveis no que se refere à temática abordada, uma vez que produz uma dinâmica de trabalho ainda mais intensa para o grupo, mediante a constituição de subgrupos temáticos, agendas regulares de trabalho, ampliação e revitalização de parcerias interinstitucionais² e com os gestores municipais e estaduais dos sistemas educacionais públicos.

Além de constância e de regularidade associadas à vida institucional do grupo, o Projeto traz um elemento novo, o qual suscita igualmente *novos arranjos* e novo posicionamento filosófico quando se pensa a pesquisa e seus possíveis desdobramentos. Valoriza-se a surpresa, a invenção e o inesperado, como manifestações coerentes com a dinâmica de um coletivo que se explica como um sistema vivo. Referimo-nos – ao destacar os *novos arranjos* – à presença regular de professores da Educação Básica, como pesquisadores, a partir inserção desses profissionais como “Bolsistas docentes”. Assim, tem início a organização de um subgrupo de trabalho específico - Grupo de Práticas - voltado ao investimento exaustivo da reflexão em torno das *práticas pedagógicas inovadoras* para os processos inclusivos. Esse encaminhamento permite esboçar novos contornos à articulação entre a pesquisa e a formação, como também suscita o estreitamento entre os contextos da academia e da escola básica.

¹ As estatísticas educacionais oficiais no país são disponibilizadas a partir do Censo Escolar de Educação Básica, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O acesso aos bancos de microdados é público, entretanto, necessita a utilização de um programa de estatística.

² O presente Projeto contempla atualmente parcerias com as seguintes instituições de ensino: UFES, UFSCAR, UNIVILE, UFSM, UNIPAMPA, UNIOESTE, PUC-RS e Universidade de Bologna.

Percursos e movimentos articulados de pesquisa e formação

Considerando os objetivos apresentados inicialmente, passamos à análise e à reflexão acerca de algumas iniciativas de investigação que associam o que estamos tratando como contextos de emergência em educação especial e como articulação entre a pesquisa e a formação.

No olhar dirigido às trajetórias dos estudantes com deficiência, a partir de trabalhos como o de Haas e Baptista (2013); Haas e Benincasa (2013), o Projeto tem possibilitado refletir sobre a necessidade de pesquisas e movimentos, no cenário escolar, que articulem as interfaces entre as modalidades e níveis de ensino, tais como: a Educação Infantil e a Educação Especial; a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial. As trajetórias desses estudantes demonstram que a evidência dos apoios especializados associados à escolarização no ensino comum é muito mais expressiva no ensino fundamental, reforçando uma lógica construída historicamente de marginalidade das políticas públicas para a infância e para a vida jovem e adulta. Consideramos necessário buscar o conhecimento relativo aos direcionamentos da política pública em ação, em cada contexto.

Como repercussão do trabalho de mapeamento sobre as configurações do Atendimento Educacional Especializado em alguns municípios do Rio Grande do Sul, destacamos o estudo de Bridi; Benincasa; Lima (2013), desenvolvido no contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, cujo foco envolve o Atendimento Educacional Especializado para a Educação Infantil. A pesquisa de Viegas (2014) analisa o momento de transformação de uma escola especial em centro de atendimento educacional especializado.

Também apontamos a investigação realizada por Mendes Júnior; Baptista e Freitas (2013), que analisa os serviços especializados de apoio à educação infantil da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS, demonstrando, a partir dos dados de matrícula que a opção da gestão dessa rede em garantir o espaço de oferta dos serviços de educação precoce, dentro da escola especial, parece contribuir para que a matrícula desses estudantes se concentre na escola especializada, ao ingressarem no ensino fundamental.

Com relação à articulação entre a pesquisa e a formação e seus efeitos no contexto da Educação Básica, o grupo de trabalho na análise das práticas pedagógicas inovadoras. Essa proposição conta com a participação sistemática de oito pro-

fessores da Educação Básica das redes públicas de ensino (tanto na esfera municipal, estadual e federal), atuando em diferentes níveis (educação infantil; ensino fundamental e ensino médio) e modalidades de ensino (Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado; Educação de Jovens e Adultos). O trabalho desse subgrupo tem sido o principal disparador da reflexão dirigida à formação e aos processos de autoformação docente quando consideramos os processos inclusivos.

A busca exaustiva por responder a pergunta “o que são práticas pedagógicas inovadoras?” ou “o que pode ser tratado como inovação pedagógica” tem sido um dos investimentos do grupo, a partir do compromisso institucional assumido por meio do Projeto, no sentido de implementar em seu cotidiano de trabalho um *plano de ação pedagógica inovadora*. Algumas possíveis respostas às indagações estão sistematizadas por Haas e Tezzari (2013), em um ensaio teórico-metodológico que analisa a trajetória inventiva desse grupo no âmbito do Projeto do Observatório em Educação.

No momento atual, o grupo está voltado ao desenvolvimento dos planos de intervenção por cada um de seus participantes, envolvendo atividades individuais, coletivas e colaborativas de sistematização, análise, reelaboração a partir dos efeitos do vivido em cada um dos contextos quanto à aplicabilidade das ações planejadas.

As formas teórico-metodológicas encontradas para enfrentar as perguntas organizadoras de nossas buscas tendem a evitar as simplificações e as explicações reducionistas por compreendermos que se trata de processos complexos de mudança, necessariamente multideterminados. O curso dessa evolução depende das reinterpretações de cada um dos atores sociais implicados, as quais se inserem como cerne de nossa busca compreensiva. Percebemos que, em cada cotidiano, os atores apropriam-se de modo inventivo e criativo dos direcionamentos da política, conforme as contingências de emergência de seus contextos e espaços de relacionamento.

As pesquisas envolvendo o Observatório em Educação, mesmo com uma trajetória institucional recente no âmbito do NEPIE/UFRGS, tem mostrado seus efeitos por meio de duas dimensões centrais: a dinâmica coletiva do trabalho de pesquisa – trabalho dos subgrupos, reuniões sistemáticas semanais, planejamento de espaços de formação para o grupo e pelo grupo -, além do investimento em produções que dão visibilidade às nossas análises, como procuramos evidenciar ao referir algumas delas.

Assim, investimentos no olhar dirigido às regularidades que delinham e propõem distintas configurações aos fenômenos investigados. Vivemos a pesquisa como uma grande oportunidade de interrogar sobre a formação docente, sobre as histórias individuais, relativas às trajetórias dos indivíduos, assim como em relação às histórias coletivas, no que se refere ao acompanhamento do fluxo de matrículas e da distribuição de serviços e apoios pelas redes públicas de ensino.

As convicções teóricas do grupo no viés do pensamento sistêmico buscam favorecer formas múltiplas de aproximação com os fenômenos educacionais. Procuramos, em sintonia com nossa base teórica, atentar para as partes constitutivas desses fenômenos, sem perder de vista a dimensão global, procurando avançar na análise dos padrões e das regularidades que têm se evidenciado na implementação das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva. Deste modo, o olhar contextual que nos implica na análise da política pública, como processo, também é definidor na forma de conduzir a vida cotidiana do Núcleo e a articulação com a pesquisa e com a formação na dimensão do coletivo.

Referências

- BAPTISTA, Claudio Roberto A ação pedagógica e a educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol. 17. 2011.
- BENINCASA, Melina Chassot. **Educação especial e educação infantil**: uma análise de serviços especializados no município de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 123f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Processos de identificação e diagnóstico**: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 210 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BRIDI, Fabiane Romano de Souza; BENINCASA, Melina Chassot; LIMA, Amanda Gonçalves. Atendimento Educacional Especializado e Educação Infantil no contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. *ANAIS... I Colóquio Educação Especial e Pesquisa: história, política, formação e práticas pedagógicas*. Canela, RS: UFES, UFRGS, UFS-CAR, 2013.
- BRASIL. SECADI/SESU. Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. Brasília, 2013.
- _____. Ministério da Educação. Documento Orientador da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008
- DELEVATI, Aline de Castro. **AEE: que atendimento é este?** As configurações do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Rede Municipal de Ensino de Gravataí/RS. Dissertação (Mestrado). 2012. 143f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2012.
- FREITAS, Claudia Rodrigues. **Corpos que não param**: criança, "TDAH" e escola. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 195 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto. A Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial: os sujeitos e as políticas públicas em foco. *ANAIS... 36ª Reunião Anual da Associação de Pesquisa em Educação*. Universidade Federal de Goiânia/UFG, 2013.
- HAAS, Clarissa; BENINCASA, Melina Chassot. Os processos de identificação dos sujeitos da educação especial: entre a criança que não aprende e o jovem que não produz. *ANAIS... III Congresso Internacional de Avaliação. VIII Congresso Internacional de Educação*. Gramado, RS: Unisinos, 2013.
- HAAS, Clarissa. TEZZARI, Mauren. O cotidiano e a necessidade como descritores da cena: as práticas pedagógicas inovadoras nos processos inclusivos. *ANAIS... I Colóquio Educação Especial e Pesquisa: história, política, formação e práticas pedagógicas*. Canela, RS: UFES, UFRGS, UFS-CAR, 2013.
- JESUS, Denise; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia. **Prática Pedagógica na Educação Especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, Junqueira & Marin, 2013.
- MATURANA, Humberto. **A ontogênese da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MENDES JUNIOR, Edson; BAPTISTA, Claudio Roberto; FREITAS, Cláudia Rodrigues **Anais... I Colóquio Educação Especial e Pesquisa: história, política, formação e práticas pedagógicas**. Canela, RS: UFES, UFRGS, UFS-CAR, 2013.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- SOARES, Carlos Henrique Ramos. **Inclusão, surdez e Ensino Médio**: Perspectivas e possibilidades para o Atendimento Educacional Especializado. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- VIEGAS, Luciane. **A reconfiguração da educação especial e do atendimento educacional especializado**: análise da constituição de um centro de atendimento em Cachoeirinha/RS. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto, 2014.